

A EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA RURAL BÁSICA MUNICIPAL MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS – EXTENSÃO DA ESCOLA ALMIRANTE BARROSO DE CANOINHAS¹

Gislaine Friedrich²
Sandro Luiz Bazzanella³

RESUMO: O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão teórica sobre as questões que norteiam a temática da Educação Política para estudantes do ensino médio da Escola Pública Rural Maria Izabel de Lima Cubas do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina. Desta forma, faz-se uma digressão analítica de conceitos tais como: educação política, formação política, perfil do jovem do campo, educação do campo, desenvolvimento do campo e de política. Em nosso entendimento tais conceitos relacionam-se diretamente com a sociedade rural. Neste sentido, também se discute a importância da participação política dos jovens do campo como uma das condições necessárias na formação política do cidadão para participação na vida pública, fazendo uso dos seus direitos e deveres de cidadão na vida em sociedade. Em seguida são apresentadas algumas propostas sobre as possibilidades de desenvolvimento do município de Canoinhas, sendo esta cidade parte da região do Planalto Norte Catarinense, considerando assim, os pressupostos apresentados sobre a temática e apontando algumas perspectivas quanto às estratégias de educação política que possam vir a ser construídas na região.

Palavras-chave: Educação política. Jovem rural. Educação do campo.

ABSTRACT: The objective of this study is to review theory on questions that guide the theme of Political Education for high school students of the School of Public Maria Izabel Rural Municipality of Lima Cubas Canoinhas, State of Santa Catarina. Thus, it is a tour of analytical concepts such as: education policy, education policy, the profile of the young field, field education, field development and policy. In our understanding these concepts relate directly to the rural society. In this sense, we also discuss the importance of political participation of rural youth as one of the prerequisites in the formation of policy for citizen participation in public life, making use of their rights and obligations as a citizen in society. Following are some proposals on the potential development of the municipality of Canoinhas, this city being part of the North Plateau of Santa Catarina, thus considering the assumptions made about the issue and pointing out some perspectives regarding education policy strategies that may be built in the region.

Key words: Political education. Rural youth. Rural education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da importância da educação política para a formação política do jovem cidadão do campo. Nesta perspectiva, busca-se promover uma educação capaz de despertar o interesse e a formação política do jovem cidadão do campo em torno dos problemas sociais que existem no seu meio de vida e, também sendo esta uma forma de despertar o pertencimento comunitário, senão societário. Ou seja, de uma identidade cultural e política dos jovens com o meio de vida em que estão inseridos no campo.

Neste sentido, a ideia de uma Educação Política para os Estudantes do Ensino Médio da Escola Pública Rural, tem como objetivo proporcionar uma condição reflexiva para os estudantes em torno da política ligada ao desenvolvimento de sua capacidade analítica da realidade. Ou seja, desenvolver uma *cosmovisão* que possibilite ter responsabilidades pela afirmação de sua cidadania, bem como reconhecer-se na condição de cidadão participante da *polis*, de saber viver em sociedade, respeitando as leis e as instituições sociais, seus governantes e a própria sociedade a sua volta. Esta condição de exercício da cidadania se apresenta para além de possuir liberdade política de votar. Isto tudo, implica em um conhecimento político e histórico. Afinal, é necessário que estes jovens estudantes, filhos de pequenos e médios agricultores, possam começar a analisar os problemas sociais existentes em sua localidade rural e, assim, tomarem uma posição política, buscando o bem viver na organização da vida coletiva do meio rural.

Desta forma, o jovem estudante do Ensino Médio da Escola Pública Rural, buscando compreender o significado da política, da educação do campo poderá passar a entender que suas ações cotidianas estão envolvidas com decisões políticas, sendo, que as ações humanas e o próprio diálogo com o mundo é político. Isto para que a política não se resuma em certa concepção maquiavélica de conquista. Ou seja, a busca de manter e exercer o poder há qualquer custo, ou mesmo, levar vantagem em tudo.

A EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO DO JOVEM CIDADÃO DO CAMPO

Com o desenvolvimento da temática deste artigo destaca-se a importância de se ter uma Educação Política no campo e para o campo, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos livres e independentes no exercício de seus direitos e deveres na vida em sociedade. Principalmente, seu direito de participar na esfera pública e política. Entendendo a esfera pública a partir da visão de Hannah Arendt¹, como uma zona de discurso, ou seja, um espaço público reconhecido por opiniões e ações. Nesse sentido, há uma ampla relação social entre esfera pública e política em Arendt, porque para a autora, a política é uma forma de sociabilidade, de se viver em um mundo plural, ligado assim, ao espaço público. Desta forma, a esfera política existe quando os homens se comunicam coletivamente, e para isto é necessário um espaço para que os homens possam encontrar-se para interagirem entre si.

Desta forma, o problema que articula as discussões deste artigo, parte da seguinte questão: Qual a importância da educação para a participação política dos jovens estudantes do meio rural, bem como para a formação de uma *cosmovisão* capaz de analisar, interpretar e agir em torno dos problemas sociais existentes neste meio rural? Dentro desta perspectiva, buscam-se analisar quais são os espaços de participação política dos jovens estudantes da Escola Pública Rural no campo, e assim, destaca-se a Escola Rural como um espaço educativo e político para a formação e aprendizagem educacional e política dos estudantes. Assume também importância significativa, a Família Rural, que como instituição social é o espaço, ou melhor, é o ambiente familiar, afetivo e, também espaço de diálogo entre pais e filhos. A Comunidade que vem do termo comunitário é o espaço público das localidades rurais, onde os cidadãos do campo podem e devem participar das reuniões e, das tomadas de decisões em torno das melhorias da qualidade de vida, de projetos e, eventos da sociedade rural organizada. Outros espaços que podem ser destacados são: a Associação de Moradores e o Cooperativismo, que aos poucos dentro de um processo de organização política e econômica vem se

¹Hannah Arendt nascida como Johanna Arendt, (Linden-Limmer, hoje bairro de Hanôver, Alemanha, 14 de outubro de 1906 – Nova Iorque, Estados Unidos, 4 de dezembro de 1975) foi uma filósofa política alemã de origem judaica, uma das mais influentes do século XX.

inserindo no campo, e isto, como espaço público para os interessados participarem das decisões que tratam do desenvolvimento do campo, de alternativas de vida, de trabalho e de uma visão diferenciada sobre o mundo rural e seus aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, etc.

Neste sentido, destacamos a importância do jovem do campo participar politicamente destes espaços, que existem no campo, e assim, também destacamos que com a falta da participação política destes jovens estudantes da Escola Pública Rural na esfera política, podem ocorrer dificuldades na formação da sua cidadania e, conseqüentemente em sua inserção e interação na vida política, com a própria sociedade. Por isso, este artigo tem como finalidade refletir e quiçá vislumbrar possibilidades para que este jovem estudante possa vir a desenvolver interesse em debater os problemas sociais da sua cidade e/ou município. Buscar a participação política em reuniões, ou assembleias da câmara de vereadores no meio urbano, entre outros. Aprender assim, a fazer uso da sua liberdade política, conhecer seus direitos de cidadão na vida em sociedade.

Desta forma, entendemos que o jovem estudante do ensino médio do meio rural desenvolverá a compreensão em torno da importância de uma cidadania rural, preocupada com a vida política dos cidadãos do meio rural na sua totalidade. Ou seja, os estudantes começam a aprender o significado de uma *cosmovisão* política que estuda e se preocupa com o desenvolvimento social, político, econômico da sua localidade, cidade, estado e nação.

Deixa-se claro assim, que os pressupostos para a construção de uma visão de mundo politicamente articula dos jovens estudantes da escola pública rural, é possibilitar uma compreensão da escola como espaço político e, nesta direção, principalmente um espaço de diálogo e participação política dos estudantes em projetos educacionais, palestras, eventos culturais. Isto porque o diálogo e a participação são constitutivos do conceito de política, fatores importantes para a ação da transformação das condições de vida dos sujeitos. Principalmente porque o diálogo compreende a realidade do mundo vivido.

E assim, a proposta de uma educação política apresenta-se como resultante do conjunto de meios que auxiliam e, contribuem na formação da visão de mundo política dos cidadãos. Através desta visão política, o cidadão passa a conhecer e entender o processo político que ocorre no meio público, o funcionamento das

instituições, das formas de governo e de outras questões relacionadas ao conceito de Estado e poder político. Assim, sua função é despertar o espírito participativo, crítico e questionador dos indivíduos. Neste sentido, a educação política transforma e realiza o indivíduo, enquanto, agente histórico e político de sua realidade de vida e o torna mais preparado para enfrentar os obstáculos da vida coletiva (GANDIN, 1995).

Por esta razão quando se fala em educação política, buscamos vê-la como humanizadora das capacidades humanas, e assim, é importante ressaltar seu papel de educadora antes de fazermos qualquer tipo de crítica. Mas, lembrar que a Educação Política precisa ser mais valorizada e pensada com projeto de desenvolvimento da conscientização da participação política dos jovens estudantes na vida política e pública. Afinal, com a falta da participação política, o jovem estudante tem a tendência a tornar-se um analfabeto político. E esta interpretação está na reflexão Artística e Filosófica de Bertold Brecht:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo da vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem de decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que sua ignorância política nasce à prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, corrupto e o laico das empresas nacionais e multinacionais²

Neste sentido, ressaltamos a importância do fomento de uma cidadania ativa para a juventude do meio rural. Mas, para que isto se concretize é necessário que esta juventude possua uma mentalidade aberta, criativa e crítica sobre a realidade de vida, sobre a política e sua principal função na sociedade. O autor Bertold Brecht ao expressar seu pensamento, fala de uma condição de alienação do ser humano em relação ao mundo da política. Sob tais pressupostos, vê a política como um espaço de corrupções. Desconsidera o fato de que a política para além do bem e do mal incide sobre a vida em sociedade. Ao equivocar-se na compreensão da política, o que ocorre é uma confusão conceitual, definem o conceito de política e politicagem de forma igualitária, não considerando que estas são definições conceituais e posicionamentos práticos totalmente diferentes.

²CRUZ, Patrícia Aves da; SILVEIRA, Luci Berenice Damaso da. Política. In: BAZZANELLA, Sandro Luiz. **Manual de sociologia**. Canoinhas: Nova Letra Gráfica e Editora Ltda, 2006. Cap. 4, p. 61-67.

Desta forma, podemos perceber que não é o nosso afastamento da política, que vai ajudar a melhorar o mundo a nossa volta. Mas, ao contrário a nossa participação política será um impulso para buscarmos defender esta como um espaço de diálogo entre os seres humanos, um espaço para juntos buscarmos soluções justas para os problemas que enfrentamos, buscando conhecer melhor os nossos representantes políticos, o palco político em jogo nos seus discursos e posicionamento para uma melhor organização social e política da sociedade brasileira. E o campo privilegiado que nos oferece esta preparação política para a vida pública e política é o mundo da educação na formação das capacidades humanas, em uma capacidade política aberta ao diálogo no mundo moderno.

O PERFIL DO JOVEM RURAL

Iniciemos uma análise em torno de um possível perfil do jovem do campo. Quais são as suas expectativas, seus anseios e sua forma de pensar o meio em que vive? De forma geral constatam-se anseios e, dificuldades que o jovem enfrenta, por falta de infraestrutura educacional e comunitária, de oportunidades na escola e no próprio meio rural. Neste sentido, com a realização destes estudos percebe-se que o jovem do campo gosta do seu ambiente de vida e, pensa ser interessante à atualização, conhecer melhor os fatores históricos, políticos, culturais, econômicos, que constituem a vida do campo.

E também, não se pode esquecer que o trabalho rural é um fator político importante na vida destes jovens. Sendo assim, a agricultura familiar é um dos aspectos mais presentes no meio rural. Sob tais prerrogativas, buscamos definir o jovem do campo, dentro do processo de inserção na agricultura familiar, porque esta é uma forma de podermos fazer do campo, também um espaço de diálogo sobre a juventude campesina, seus anseios diante de um mundo moderno e suas ofertas de uma vida diferente no meio urbano.

É claro, que o campo também passa mudanças, e a modernidade se aproxima, no sentido de que o jovem exerce a atividade rural envolto por certo grau de complexidade tecnológica, não tanto braçal, exigindo raciocínio e conhecimentos específicos e isto também nas questões de ordem administrativa. Afinal, no contexto atual, a pequena e média propriedade passou a ser vista como um tipo de empresa,

em que os agricultores necessitam saber administrar. Mas, esta administração requer conhecimentos, pessoas dispostas a aceitar as mudanças e realizá-las, fazer da propriedade uma empresa, produzir com qualidade, adequar-se aos novos meios tecnológicos, entre outras questões. Enfim, adequar-se a uma nova realidade de vida no campo.

Sabe-se que a definição de jovem é uma tarefa árdua, ainda mais quando se trata de estabelecer esta categoria dentro do conceito de agricultura familiar, pois os critérios para este, como observado acima, são marcados pela complexidade. Num olhar culturalmente embasado, a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária específica (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

A Agricultura Familiar é uma realidade existente e presente no Planalto Norte Catarinense, principalmente no Município de Canoinhas e municípios circunvizinhos, mais próximos da nossa análise, lembrando que são os jovens estudantes do município de Canoinhas que são o objeto de estudo deste artigo.

Diante do exposto até o presente momento a primeira definição sobre os jovens do campo, tem relação com a questão do trabalho rural, do exercício das funções na divisão causada pelas tarefas da agricultura familiar, onde o jovem possui uma forte relação através do trabalho coletivo da família nas atividades rurais, proporcionando assim, um aprendizado cultural para os jovens no campo.

Segundo Mello et. al. (2003), até o final dos anos 1970, a continuidade da profissão de agricultor era conhecida como uma obrigação moral e, o conhecimento que o jovem adquiria junto à família e à comunidade, era considerado suficiente para gerir o estabelecimento agrícola. Constata-se que o espaço rural vem cada vez mais se tornando um meio heterogêneo. A juventude rural que vem se formando nos últimos 20 ou 30 anos é também cada vez mais heterogênea, diluída entre as questões rurais e urbanas, procurando afirmações e inserções no mundo moderno; ser agricultor não é mais a atividade imediata vista como opções dos jovens no campo (CARNEIRO, 2007).

Por outro lado, o êxodo rural é um fenômeno presente ao longo das últimas décadas no século XX e, no contexto deste primeiro decênio do século XXI, que se manifesta nas mais diversas realidades mundiais, gerando o problema da questão

sucessória, o que demarca que na formação das novas gerações há uma dificuldade para assumir os compromissos de sucessão nas atividades da propriedade familiar, e isto, fazem com que o êxodo rural seja permanente. Ou seja, os jovens do campo buscam condições de vida mais urbanas, e o rural parece perder a sua dimensão política, porque quem está permanecendo no campo são os pais, os avós, as bisavós destes jovens. E estes fazem parte de outra geração, de uma *cosmovisão* específica vinculada ao um tempo característico, sem ser este um tipo de preconceito, mas como as mudanças impactam a ideia de futuro, é preciso que o jovem do campo permaneça para ser ele o protagonista destas mudanças. Mas, na realidade isto não ocorre e, estudar os fatores presentes nesta relação entre rural e urbano são essenciais para a compreensão desta complexidade que se dá no campo nos dias atuais, dentro de uma relação ampla com o urbano.

Por esta razão, as políticas para os jovens do campo devem voltar-se não somente para agricultura, mas para uma pluriatividade e às ações multifuncionais. Como traz Abramovay (2005), para manter estes jovens no campo é necessário projetos que ofereçam perspectivas, que deem oportunidades – sociais e privadas – para eles. Para isso, seus destinos não podem ser traçados de antemão, opções limitadas e restritas ao trabalho agrícola no campo.

Esta reflexão acima, nos proporciona uma abertura compreensiva de que os jovens do campo precisam se sentir mais seguros com o trabalho e o ambiente rural. Para que isto ocorra é necessário políticas públicas que correspondam às necessidades desta população, que reflitam seus problemas sociais, que tomem a causa política, para que esta futura geração de jovens permaneça no campo mais entusiasmado com as atividades rurais, com este espaço de vida, que é tão importante para a própria atividade alimentícia da população brasileira de forma geral. E também, para que este espaço de vida não se perca na sua dimensão política, histórica, cultural, social, econômica.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO REALIZADA PELA ESCOLA PÚBLICA RURAL E SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

A partir deste momento nossa análise passa a abordar o conceito de educação no campo e suas implicações, a forma como é trabalhada a concepção política de educação do campo, presente no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Maria Izabel de Lima Cubas orientador das ações educativas daquele educandário junto aos jovens estudantes do meio rural.

Destaca-se assim, que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Maria Izabel de Lima Cubas, é um instrumento auxiliar do andamento desta Unidade Escolar. Possui uma concepção política de educação norteadora de sua proposta educacional, voltada à ideia de uma educação do campo. Uma concepção voltada às necessidades específicas de cada comunidade do meio rural, através da inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, visando assim, o desenvolvimento e a modernização das atividades rurais, estimulando também a fixação do homem no meio rural. Este documento, o PPP da Escola, tem o papel de nortear todas as decisões tomadas nesta instituição escolar. E este é o principal documento de um embasamento realizado pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, lei nº 9394/96 e, da Proposta Curricular Regional e Estadual de Santa Catarina.

Neste sentido, a escola todos os anos organiza uma Feira Pedagógica, voltada à ideia de uma educação do campo. E assim, os professores regentes ficam responsáveis em ajudar a incentivar sua turma para organizar um trabalho para exposição sobre a ideia da educação do campo, para a sua localidade rural.

Assim, abre-se espaço para que os estudantes possam se organizar pesquisar, montar cartazes, textos e reflexões em torno da ideia de educação do campo. Depois de tudo programado e organizado, a escola convida a Secretária Executiva da cidade, a Secretária da Educação, a Comunidade, que assim é a mais prestigiada ao ver os seus futuros cidadãos do meio rural, pensando, planejando e se organizando em novas propostas de vida e de trabalho em torno do tema da educação do campo. Constata-se assim que estas feiras pedagógicas estão

contribuindo para a construção de uma identidade política, e porque não dizer na ideia de uma educação política na vida do campo.

Este é um aspecto político importante para a construção de uma identidade política na escola pública rural e, este também é o espaço de diálogo fundamental para a construção de uma educação política, que esta totalmente ligada a este tipo de projeto educativo que a escola programa para trabalhar com os estudantes todos os anos.

A partir desta análise do projeto político pedagógico da escola, podemos definir que a identidade da escola do campo, não esta apenas restrita a um determinado espaço geográfico, mas sim, vinculada as comunidades do campo, ou seja, a sociedade rural a sua volta. Desta forma, a Prefeitura Municipal de Canoinhas, através da sua Secretária de Educação criou um Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, de diretrizes operacionais e curriculares no âmbito da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino de Jovens e Adultos na esfera do Sistema Municipal de Educação de Canoinhas - SC. E este documento nasceu de um processo educacional realizado por educadores e técnicos integrados no sistema educacional do município de Canoinhas, na gestão da então Secretária Municipal de Educação, Prof^a Maria de Lourdes Brehmer, como também, por representantes da sociedade civil organizada, denominados parceiros do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, o qual vem sendo desenvolvido pelas escolas rurais da Rede Municipal de Ensino desde 2005.

Neste sentido, o Fórum Municipal de Educação do Campo de Canoinhas discute e acompanha os avanços e desafios do programa por meio de reuniões gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação e, apresentação de ações realizadas pelas unidades escolares do campo. Há décadas a rede municipal de ensino gerencia as escolas localizadas no meio rural de Canoinhas. No entanto, este é o momento oportuno para formalizar o trabalho pedagógico e administrativo destas escolas, através de direcionamentos e eixos norteadores contextualizados para as especificidades locais. A oportunidade se faz, diante do desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, atualmente denominado como Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, o qual abrange atividades pedagógicas e administrativas condizentes com as necessidades e prioridades das escolas do meio rural.

A transformação desse processo em Política Pública Municipal favorece o desenvolvimento de ações educacionais direcionadas e contextualizadas com as especificidades da população rural, bem como, dos profissionais da educação e empresas prestadores de serviços, que desempenham atividades diárias na área rural de Canoinhas.

Diante das ações realizadas, há muitos avanços na Educação do Campo de Canoinhas. Porém, de acordo com a pesquisa realizada por Blaka³ (2010), há muito que se fazer em termos educacionais para a população jovem e adulta do meio rural. Numa amostragem de 285 pais pesquisados, o grau de escolaridade se classifica na seguinte forma: 09 (3%) são analfabetos; 121 (42%) não concluíram o ensino fundamental; 63 (22%) dos entrevistados possuem ensino fundamental completo, 28 (10%) não concluíram o ensino médio; 47 (17%) possuem ensino médio completo; somente 09 (3%) possuem ensino superior, e 08 pessoas, (3%) dos pesquisados não responderam a questão.

A pesquisa demonstra a necessidade de ações, seja da Secretaria Municipal de Educação, ou entidades educacionais parceiras, no sentido de proporcionar continuidade de escolarização à população de jovens e adultos do campo. Nesse sentido, e por todas as necessidades e especificidades educacionais do campo, a Prefeitura Municipal de Canoinhas/SC, através da Secretaria Municipal de Educação e, da rede municipal de ensino, reconhece e contribui para o fortalecimento do modo de vida social e a utilização do espaço do campo, como fundamentais em sua diversidade para a constituição e permanência da identidade da população rural de Canoinhas.

O decreto Nº 272/2010, institui o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo no âmbito da Educação Infantil do Ensino Fundamental e do Ensino de Jovens e Adultos na Esfera do Sistema Municipal de Educação. E assim, Leoberto Weinert, Prefeito do Município de Canoinhas/SC, no período de 2003 a 2012, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município. Considerando:

³BLAKA, Rosimari de Fátima Cubas. **Avanços e Desafios no Desenvolvimento da Qualidade do Ensino na Educação do Campo de Canoinhas – SC. 2010.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – Área Políticas Públicas). Programa de Mestrado. Universidade do Contestado de Canoinhas, Santa Catarina, 2010.

- a) A relevância do atendimento de toda a população do campo com educação de qualidade, entendida como um direito fundamental e condição básica para o exercício da cidadania de crianças, adolescentes e adultos que vivem no campo e produzem bens e cultura;
- b) As escolas do campo como espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho;
- c) A necessidade de um projeto institucional voltado para as escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com os processos de ensino e de aprendizagem e com a universalização da educação escolar com qualidade social;
- d) Que a formação específica dos profissionais do sistema de ensino é necessária à construção de práticas voltadas para a valorização das especificidades do ambiente do campo e da sua diversidade cultural e social;
- e) A necessidade de promover a inclusão de atividades curriculares direcionadas para o desenvolvimento sustentável do campo, em conformidade com as Diretrizes Operacionais para o Ensino Fundamental na Escola do Campo, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002 e as diretrizes complementares, normas e princípios determinados pela Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008; Resolução Nº 5 de 17 de Dezembro de 2009;
- f) A necessidade de fortalecer os princípios da educação inclusiva, que reconhece a diversidade como um valor pedagógico e valoriza o campo como espaço heterogêneo e multicultural;
- g) A necessidade de oportunizar escolaridade à população rural que não teve acesso ou não conclui seus estudos em idade própria;

Estes fatores contribuem e fazem parte da instituição do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo da Prefeitura Municipal de Canoinhas, mas, também decreta: Art. 1º - Fica instituído o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo no âmbito da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino de Jovens e Adultos na esfera do Sistema Municipal de Educação de Canoinhas observadas às diretrizes constantes neste Decreto.

1º - Entende-se por campo, para efeito da implementação deste Programa Resolução, deste Decreto, o espaço social, cultural, político e pedagógico, palco de experiências educativas formais e não-formais, que incorpora os espaços do meio rural onde se desenvolve a agricultura, a pecuária, o extrativismo, dentre outras atividades, para atendimento de agricultores familiares e empregados das empresas extrativistas, assentados, empregados de empresas agrícolas, agroindústrias, integrados/fomentos, meeiros, arrendatários, diaristas entre outras pessoas residentes no meio rural do município de Canoinhas.

2º A identidade da Escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à realidade em que está inserida, no sentido de contribuir para a produção das condições de existências e permanência das famílias no campo.

3º A interdisciplinaridade realizada na Educação do Campo:

I – Proporcionará integração e diálogo entre organizações parceiras, movimentos sociais que buscam o desenvolvimento integral e sustentável do meio rural;

II – Direcionará perfil diferenciado em sala de aula, despertando o desenvolvimento de valores e atitudes entre professores e alunos, que

enriquecerão as competências e habilidades, melhorando a convivência de toda a comunidade escolar e local;
III – Oportunizará a efetivação da pesquisa e entendimento global das situações por meio de ações práticas e inovadoras voltadas para o mundo do trabalho do campo.

Estes são os três primeiros artigos relacionados com o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo da Prefeitura Municipal e da Secretária da Educação de Canoinhas. Desta forma, estas informações presente neste trabalho foram disponibilizadas pela Secretária da Educação para a complementação da nossa análise em torno da ideia de uma educação do campo para as localidades rurais da cidade de Canoinhas.

O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO

Para compreendermos o conceito de desenvolvimento em torno dos ideais de confiança e cooperação entre os homens em uma sociedade, é preciso estabelecer uma reflexão sobre o conceito de Capital Social. Por que este reflete a ideia de uma sociedade baseada na confiança, na cooperação entre os homens, estabelecendo uma ideia de coletividade e não de individualidade.

Neste sentido, o capital social conforme Putnam, (2000, p. 177) [...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Assim, compreende-se que o capital social é uma característica da organização social de uma sociedade, baseada na confiança, nas normas e sistemas, que assim, contribuem para a própria eficiência mesma da sociedade. No caso, da sociedade rural, principalmente na agricultura familiar, percebe-se a importância do capital social, que já se encontra presente nas relações entre algumas famílias das localidades rurais, que fazem parte da construção histórica da Escola Maria Izabel de Lima Cubas, objeto de estudo e análise neste trabalho de conclusão de curso.

Desta forma, destacamos a importância do capital social como forma de comprometimento e cooperação entre as pessoas, que assim aprendem a trabalharem juntas e cooperam entre si, com laços de confiança e respeito. Sabe-se que em uma sociedade capitalista, o individualismo tende a permanecer e influenciar

as relações humanas na vida em sociedade, e assim, geralmente os indivíduos tendem a ser egoístas e pensar em si mesmos, e perde-se esta dimensão de diálogo, de cooperação, confiança entre as pessoas.

Desta forma é que para Putnam, o capital social se refere a práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma dada sociedade. Sistema de participação que estimulam a cooperação. Quanto maior a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, além de seus familiares, assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas numa sociedade, maior o volume de capital social.

E assim, o capital social, se referindo à capacidade de cooperação e de confiança entre os membros de uma comunidade corre o risco de se perder ou de nem existir, quando uma sociedade se fecha em si mesma e se preocupa apenas com os seus problemas. Desta forma, o desenvolvimento de uma região, passa por um processo da presença deste capital entre outros, como o Capital Cívico. Afinal, como falar em desenvolvimento de uma determinada sociedade, que não corresponde a aspectos que influenciam o desenvolvimento em si.

Franco (2002) ao investigar as relações entre desenvolvimento local e capital social recorre a alguns autores, dentre eles, à Putnam, para explicar a relação entre as formas de organização de uma sociedade e seu desenvolvimento. Em todos os casos o autor encontra umnexo entre os graus de confiança, capacidade de associação e cooperação dos cidadãos com a boa governança e a prosperidade econômica. O sentimento de pertencimento e o interesse dos cidadãos com os assuntos públicos explicariam o grau de desenvolvimento da sociedade americana, já no século XIX, pelo autor Tocqueville e a diferença entre as localidades do norte e do sul da Itália, estudadas por Putnam no final do século XX.

Enquanto, Peter Evans mencionado por Birkner (2006), reconhece no estoque de capital social um fator importante para o desenvolvimento regional, mas que pode ser promovido através do Estado, um produto fomentado institucionalmente, gerado por ações governamentais que permitam a cooperação entre o público e privado. Em ambos os casos, no entanto, o capital social assume um papel importante para o desenvolvimento demonstrando que as ações governamentais construídas democraticamente, através da participação e do interesse coletivo constituem a base do desempenho das novas instituições.

Neste sentido, fica claro o papel do Estado nos processos de desenvolvimento, quer seja reafirmando os valores das comunidades cívicas ao incentivar a participação dos cidadãos nas políticas públicas desenvolvidas, ou, organizando os territórios para fomentar o desenvolvimento a partir da construção da cooperação entre o público e o privado. E assim, nesse contexto, o conceito de identidade regional passa a ser considerada como um elemento relevante ao estudar a dinâmica do desenvolvimento. Segundo Amaral (2002), a identidade regional está relacionada às representações que a comunidade social desenvolve de si mesma e do território a que pertence. Essa identidade é a criação de uma autoimagem que define ou distingue uma pessoa, ou povo dos demais e, que assegure a sua sobrevivência e desenvolvimento, enquanto, pessoa ou comunidade. O sentimento de pertencimento e, os valores que fazem parte da comunidade constroem a identidade e a valorização do território ou região, contribuindo para o processo de desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, pode-se destacar que uma determinada sociedade, que possui esta identidade regional, ligada a uma autoimagem de comunidade que se identifica em ideais, valores, enfim, que lutam por causas igualitárias, que se definem por um tipo de território, acabam gerando um sentimento de pertencimento que assim constrói culturalmente e, politicamente a identidade de um povo, região ou território.

Desta forma, nasce a valorização e o próprio apego a este território, onde as pessoas estabelecem relações sociais, que influenciam e que formam a ideia de uma identidade territorial. E este tipo de identidade reconhecida contribui de forma gratificante para o próprio capital social. Neste sentido, as características do desenvolvimento regional em relação com os capitais sociais, que são formados por valores como confiança, reciprocidade e interdependência, segundo os autores Rosemar Rodrigues Padilha e Luciano Murano:

Existe uma tendência de algumas sociedades desenvolverem com maior freqüência, o hábito de participarem ativamente das questões públicas, de se importarem com o bem comum, tomando decisões que beneficiam a todos os cidadãos. Também nessas comunidades a cooperação é mútua. Existe confiança entre os cidadãos e comprometimento com a coisa pública. Esse desempenho melhora o desempenho institucional e a administração pública torna-se mais eficiente e eficaz dificultando o abuso da corrupção na

esfera governamental e, melhor, investimento na qualidade de vida da comunidade⁴.

Desta forma, para que ocorra o processo de desenvolvimento em uma região, é necessário, analisar de que forma o capital social esta sendo trabalhado, analisar as alterações profundas na distribuição de renda, na propriedade da terra, nas condições de saúde e principalmente na educação. Por isso, o desenvolvimento regional pode ser analisado como uma forma de reverter as condições de desigualdade e pobreza, agravada com a flexibilização do capital.

A POLÍTICA COMO SINÔNIMO DE LIBERDADE PARA OS JOVENS DO CAMPO

A palavra política origina-se do grego *pólis*, que significa cidade. E assim, a *pólis* significava uma unidade de vida social e política autônoma, da qual os cidadãos gregos participavam ativamente, tomando decisões sobre sua cidade. (ARISTÓTELES, 1999). Desta forma, a política passa a ser a arte de discutir assuntos de interesses comuns é a arte de governar e ser governado.

Neste sentido, a política está ligada com o convívio dos cidadãos e suas relações sociais, conferindo sentido para suas ações dentro de um contexto histórico e político. Assim, Aristóteles parte do princípio que o homem é um ser social por natureza, um ser aberto para discussões éticas e políticas. Sendo estes homens, cidadãos que somente se realizam na medida em que a *Polis* é a própria materialização da ordem cosmológica. Desta forma, o bem-viver está no plano da polis, através do exercício da virtude, que reconhece o homem como um ser de linguagem.

Assim, a política é o espaço das mediações, das intrigas, das relações de poder, mas, que deve respeitar o princípio do bem-comum. Para Aristóteles, a política analisa a constituição da sociedade humana, o processo que preside a elaboração das leis, os diversos modelos de governo e as diversas concepções sobre a finalidade do Estado. É sob tais pressupostos que Aristóteles afirma que o homem é um animal político por que fala, porque negocia suas condições de vida. Afinal, o homem é um animal social que precisa da convivência dos outros

⁴MURARO, Luciano; PADILHA, Rosemar Rodrigues. Manual de sociologia. In: BAZZANELLA, Sandro Luiz. **Manual de sociologia**. Canoinhas: Nova Letra Gráfica e Editora Ltda, 2006. Cap. 4, p. 61-67.

indivíduos para a concretização da sociedade. Assim, todos os indivíduos têm o dever e o direito de participarem da vida social e política.

Na teoria política de Aristóteles, o Estado é uma instituição social criada para garantir a preservação dos direitos dos homens, e por isso, existe em todas as sociedades. E pode ser considerado como um fato social coercitivo e exterior ao indivíduo. Portanto, o Estado é uma entidade política, mas nem toda sociedade política constitui um Estado, assim, os municípios de Canoinhas e circunvizinhas, por exemplo, constituem-se de uma sociedade política subordinada ao Estado brasileiro.

Em uma concepção política e educacional de Estado é necessário que haja união entre ambas as partes, pessoas dispostas a lutarem pelo melhor da cidade. Por isso, aquele que pode antever pela sua inteligência as coisas, é considerado senhor e mestre por natureza, e aquele que com sua força do corpo é capaz de executá-las é por natureza escravo. Portanto, entre senhor e escravo existem interesses em comum. Corroborando com a importância desta perspectiva, Aristóteles nos apresenta o argumento de que a finalidade da política é garantir o bem comum e a luta pela justiça. Ao dissertar sobre a origem do Estado, expõem sua argumentação filosófica:

Chegou um momento em que os homens sentiram desejo, vago e indeterminado, de um bem que ultrapassa o seu bem particular e imediato e que ao mesmo tempo fosse capaz de garanti-lo e promove-lo. Esse bem é o bem comum ou bem público e consiste num regime de ordem, de coordenação de esforços e intercooperação organizada. Por isso o homem se deu conta de que o meio de realizar tal regime era a reunião de todos em um grupo específico, tendo por finalidade o bem público. Assim, a causa primária da sociedade política reside na natureza humana, racional e perfectível. No entanto, a tendência deve tornar-se um ato; é a natureza que impele o homem a instituir a sociedade política, mas foi à vontade do homem que instituiu as diversas sociedades políticas de outrora e de hoje. O instinto natural não era suficiente, foi preciso à arte humana⁵

Desta forma, a política compreendida como a busca do bem viver passa a ser o resultado da razão humana organizada em sociedade, com uma consciência política, determinada em defender os princípios de liberdade política, de justiça, de igualdade, de organização econômica e do bem comum de todos os cidadãos. Afinal, as ações humanas, o agir político, necessitam de uma capacidade de

⁵ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Terezinha Monteiro Deutsch; Baby Abraão Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção: Os Pensadores.

interpretação para poder compreender os processos políticos que ocorrem dentro de um contexto histórico. Ou seja, apreender o seu tempo, com uma visão analítica da própria formação da sociedade e do Estado, como representação jurídica maior sob as ações dos cidadãos em torno do discurso político sobre a justiça e o bem comum de todos.

Neste sentido, passamos a retratar o conceito de ação política, na visão de Hannah Arendt que não se trata simplesmente de um meio para atingir qualquer fim, mas sim, um sinônimo de liberdade. Neste sentido, Arendt nos leva a um questionamento a respeito do termo política: Tem a política ainda algum sentido? (ARENDR, 2006, p. 38). O que de fato é a política?

Desta forma, o pensamento da autora passa a definir que a política não é domínio, de que não se baseia na distinção entre governantes e governados e nem é mera violência, mas ação em comum acordo, ação em conjunto, sendo reflexo da condição plural do homem e fim em si mesma, já que não é um meio para objetivos mais elevados, como por exemplo, a preservação da vida, significando liberdade. Somos levados a perguntar se seus juízos naturalizados não seriam falsos e perigosos, isto é, será que ao se desconhecer a verdadeira política, ao se confundir aquilo que seria o fim da política com a política em si (ARENDR, 2006, p. 25).

Neste sentido, a autora deixa clara a sua preocupação referente ao surgimento de um sentimento de inutilidade de qualquer ação. Ou seja, fazendo com que o homem não se reconheça como sujeito histórico e político de seu tempo, das ações políticas que pratica no dia-a-dia, ou em torno do próprio mundo político, que exige de si ao menos uma obrigação de responder pelo seu papel de cidadão da sua nação. E aqui, Arendt ressalta parte do problema ocasionado pela falta deste reconhecimento histórico e político do homem, ou seja, o problema da liberdade.

Neste sentido, Arendt ressalta que a liberdade foi criada com o próprio homem, e por ser ele um início, é também o iniciador. Desta forma, também a política inicia-se pela espontaneidade humana, surge assim, como relação, ela existe entre os homens. Ou seja, não é da essência do homem, considerado isoladamente ser um animal político como pensava Aristóteles, mas, segundo Arendt, por viver em um mundo plural. Por esta razão, Arendt defende a concepção da política como uma forma de sociabilidade, de viver em sociedade, como criação do novo, do inesperado, como ação plural, resultado do amor ao mundo, mas

também se apresenta como uma necessidade da constituição do indivíduo e da comunidade político-jurídica na qual nos movemos (ARENDT, 1995).

Desta forma, a autora deixa claro que somente poderemos construir um mundo novo, viver em sociedade, enquanto a política que defendemos for sinônima de liberdade. Porque assim, esta estará defendendo a vida em plenitude, caso contrário, a política estaria sendo resumida como uma forma de buscar e manter o poder de uma determinada elite e, assim seria uma constante batalha pelo poder, sendo este o principal princípio e não mais o de vida com liberdade.

Por isso, Aristóteles vê a política como a busca do bem-viver na polis, enquanto Arendt vê a política como forma de sociabilidade, ou seja, do cuidado e amor ao mundo, mas isto, se vivermos em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões aqui apresentadas constata-se a complexidade do tema e dos conceitos abordados ao longo do artigo e, nesta perspectiva também o quão importante é destacarmos a educação política como uma ferramenta de transformação política para as sociedades, mais especificamente as sociedades rurais, foco de estudo e análise do nosso trabalho.

Desta forma, a educação política se apresenta como uma estratégia de incentivo para uma formação política consistente, no conhecimento do cidadão sobre os seus direitos e deveres na vida em sociedade, buscando assim, contribuir ainda mais nesta reflexão em torno da formação política do jovem do campo. Ainda neste sentido, procurou-se compreender o papel da política, da educação do campo, do desenvolvimento no campo, como fatores fundamentais para a análise e compreensão da sociedade rural.

Neste sentido, também destacamos a importância do Capital Social, na compreensão destes fatores com relação aos termos de confiança e cooperação, destacando-se assim, a importância de uma sociedade organizada politicamente e, fundamentada através do capital social, como instrumento de cooperação e, confiança entre as pessoas.

Procuramos também destacar a necessidade da presença de políticas públicas voltadas para o campo. E é o papel do Estado, da Prefeitura Municipal e

suas secretárias, da Universidade, da Escola, dos Sindicatos, dos Professores, alunos, comunidade comecem a pensar e trabalhar questões em torno da vida do campo, uma forma de começar a valorizar a própria agricultura familiar, os habitantes do campo, enfim, o que existe de mais importante da vida no campo.

E assim, destaca-se também, a importância da participação política dos cidadãos do campo presente neste diálogo, buscando possibilidades e formas de se manter para viver no campo, de forma equilibrada e harmoniosa. Possibilitando aos nossos jovens uma *cosmovisão* diferente sobre a realidade agrícola. Mas, também destacamos a importância da presença do Estado, da Prefeitura Municipal entre outras entidades políticas com a preocupação referente às questões rurais. Afinal, o campo já vem sofrendo há muito tempo com a falta das políticas públicas, e esta carência política, também resulta em resultados como o do frequente êxodo rural.

Diante deste quadro conceitual e analítico compete perguntarmos: Como podemos mudar a realidade do campo? Quais os aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos presentes nesta discussão? Diante desta perspectiva, o presente artigo constitui-se como um instrumento estratégico para a própria compreensão da importância de uma Educação Política ativa na Escola Pública Rural e na própria vida do campo, trazendo as reflexões em torno destes aspectos. E principalmente o conhecimento da presença das outras entidades políticas preocupadas com as questões do campo.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco. **Do Estado soberano ao Estado das autonomias**: regionalismo, subsidiariedade e autonomia para uma nova idéia de Estado. Blumenau: Edifurb, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução: Terezinha Monteiro Deutsch; Baby Abraão Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção: Os Pensadores.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional**. Blumenau: Edifurb, 2006.

BLAKA, Rosimari de Fátima Cubas. **Avanços e Desafios no Desenvolvimento da Qualidade do Ensino na Educação do Campo de Canoinhas –SC**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – Área Políticas Públicas). Programa de Mestrado. Universidade do Contestado de Canoinhas, Santa Catarina, 2010.

CANOINHAS. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas 2010. **Caderno do Movimento Econômico de Canoinhas**, 2008.

CANOINHAS. Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas – SC, 2011.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CRUZ, Patrícia Aves da; SILVEIRA, Luci Berenice Damaso da. Política. In: BAZZANELLA, Sandro Luiz. **Manual de sociologia**. Canoinhas: Nova Letra Gráfica e Editora Ltda, 2006. Cap. 4, p. 61-67.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARIA IZABEL DE LIMA CUBAS. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Disponível na Escola Básica Municipal Maria Izabel de Lima Cubas. Acesso em 04 de Jun. 2009

FRANCO, Augusto de. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília, Instituto de Política: Millennium, 2002.

GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELLO. M., A. et al. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova Geração de agricultores. In: **XLI CONGRESSO DA SOBER-Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003.

MURARO, Luciano; PADILHA, Rosemar Rodrigues. Manual de Sociologia. In: BAZZANELLA, Sandro Luiz. **Manual de sociologia**. Canoinhas: Nova Letra, 2006. Cap. 4, p. 61-67.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: uma experiência na Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

¹Resultado do trabalho de conclusão de curso, curso de Ciências Sociais, Universidade do Contestado – UnC – Canoinhas/SC

²Socióloga, Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Contestado – UnC – Canoinhas/SC, contato gislainefriedrich@yahoo.com.br

³Filósofo, Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, Coordenador do Curso de Ciências Sociais e Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – Campus de Canoinhas (SC), contato: sandroba@terra.com.br.